

Vânia Bambirra e o capitalismo dependente latino-americano

DAYSE PAIXÃO E VASCONCELOS

RESUMO: O artigo apresenta as contribuições de Vânia Bambirra, uma das fundadoras da Teoria Marxista da Dependência (TMD), para a compreensão crítica do capitalismo dependente na América Latina e os efeitos da integração monopólica nos países de economia periférica. Para tanto, apresentaremos sua vida, trajetória intelectual e de militância, bem como o método de abordagem do capitalismo dependente a partir da análise da história integral dos países latino-americanos, suas características gerais e forma de integração ao capitalismo mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Vânia Bambirra. Capitalismo. Dependência. América Latina.



Vânia Bambirra and Latin American dependent capitalism

ABSTRACT: The article presents the contributions of Vânia Bambirra, one of the founders of the Marxist Theory of Dependency (TMD), to the critical understanding of dependent capitalism in Latin America and the effects of monopolistic integration on peripheral economy countries. To this end, we will present her life, intellectual and activist career, as well as her method of approaching dependent capitalism based on an analysis of the integral history of Latin American countries.

KEYWORDS: Vania Bambirra. Capitalism. Dependency. Latin America.

DATA DE ENVIO: 18/10/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 21/11/2024

DAYSE PAIXÃO E VASCONCELOS

Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Saúde Coletiva.
E-mail: daysevascon@gmail.com

1 Introdução

Historicamente, o pensamento social latino-americano e caribenho dedica-se a refletir sobre as inquietudes socioculturais, políticas e econômicas que constituem o conjunto de seus países, tornando-as problemáticas a serem analisadas pela teoria social produzida na região. Esse exercício, com acuidade teórica e de método, exige-nos uma postura intelectual e política crítica para decifrar a natureza de suas dinâmicas em contextos nacionais, regionais e globais, bem como elaborar categorias que não só permitam a interpretação em si, mas sobretudo apontem possibilidades de transformação social em um sentido emancipatório.

Nesse percurso, desde o período colonial, a região tem sido um celeiro de fenômenos de grande envergadura e contradições profundas, sempre analisados em um movimento de articulação entre o específico e o universal, entre o orgânico e o conjuntural, consolidando uma história integral da América Latina e do Caribe, enraizada no diálogo indissociável entre história, cultura e política. A consciência crítica de que temos uma história própria dotada de particularidades ou de formas diferenciadas de vivenciar fenômenos de impacto global, permitiu-nos uma capacidade criativa, no sentido de elaborar categorias originais que fundamentam a teoria social, para tecer reflexões primordiais, com conceitos genuínos e que dão conta de abordar, dialeticamente, os meandros de nossa formação sócio-histórica.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) emerge desse compromisso intelectual e político em elaborar uma teoria social crítica e autêntica sobre a natureza da dependência dos países latino-americanos e caribenhos em sua integração ao capitalismo monopólico mundial. Entre seus fundadores, destaca-se uma intelectual, a única mulher, Vânia Bambirra, pensadora de amplo reconhecimento em outros países, sobretudo de língua hispânica, porém ainda pouco (re)conhecida em seu próprio país, o Brasil.

No presente artigo, apresentamos as contribuições teórico-analíticas de Vânia Bambirra, uma das fundadoras da Teoria Marxista da Dependência e da Teoria da Transição, aclamada intelectual revolucionária em diferentes universidades de outros países latino-americanos, caribenhos, dos Estados Unidos e da

Europa. No Brasil, Vânia Bambirra não tem tanta notoriedade entre estudantes e professores dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais, e não é comum que sua produção teórica integre as bibliografias das disciplinas ofertadas no campo dos estudos da Sociologia e Ciência Política. É válido destacar os esforços do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina, com a iniciativa editorial da Coleção Pátria Grande, destinada à tradução de obras seminais da teoria social crítica da América Latina. Uma das principais obras de Vânia Bambirra compõe a Coleção Pátria Grande, a saber, “O capitalismo dependente latino-americano” (Bambirra, 2019), publicada originalmente em espanhol pela editora mexicana *Siglo XXI*, em 1974, ou seja, 39 anos antes.

O artigo organiza-se em cinco seções destinadas a apresentar: a) a trajetória intelectual e militante de Vânia Bambirra; b) as contribuições dessa intelectual no desenvolvimento da Teoria Marxista da Dependência para a análise do capitalismo dependente latino-americano e os efeitos da integração monopólica mundial.

2 Vânia Bambirra, a intelectual precursora da Teoria Marxista da Dependência

Vânia Bambirra (1940-2015) nasceu em Belo Horizonte e formou-se em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1962. Iniciou sua carreira acadêmica na Universidade de Brasília (UnB) no início da década de 1960, dedicando-se à docência e à pesquisa sobre a questão agrária no Brasil. Entretanto, com o Golpe Militar de 1964, foi expulsa da UnB e suas atividades foram interrompidas nesta universidade. Passou dois anos vivendo na clandestinidade e, em 1966, exilou-se no Chile. Entretanto, com a queda do então presidente chileno, Salvador Allende, em razão do golpe militar implementado por Augusto Pinochet, em 1973, migrou para o México, tornando-se Doutora em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Nesse segundo exílio, foi professora da Faculdade de Economia da UNAM. Ao retornar ao Brasil, durante o período de

redemocratização política em meados da década de 1980, participou da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), junto com Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, e retornou à UnB, em 1987 (Cândido, 2019).

A trajetória intelectual e militante de Vânia Bambirra foi marcada por três grandes compromissos: a) a causa operária e o socialismo; b) o estudo rigoroso da teoria marxiana; c) o estudo da natureza das relações de dependência dos países latino-americanos. Em suas palavras, “(...) me leva pro marxismo uma inquietação teórica e prática. Eu queria entender o mundo. E era o marxismo que me dava os instrumentos para isso.”¹ No Brasil, antes de seu exílio, foi uma das fundadoras da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), em 1961, aos 21 anos de idade, permanecendo nesta organização até 1966, quando é obrigada a sair do Brasil clandestinamente. Durante os anos de militância na POLOP, Vânia Bambirra atuou, sobretudo, na formação política junto às Associações de Moradores de Favelas em Belo Horizonte. Além disso, viajou para Cuba, experiência que seria seminal em suas reflexões teóricas e políticas acerca dos desafios para a consolidação do processo revolucionário socialista. A Revolução Cubana propiciou um fecundo debate político entre as esquerdas em todo o mundo, principalmente por seu caráter dissidente em relação à estratégia política da “revolução por etapas” conforme definida pelo Partido Comunista da URSS (Barbosa, 2017).

Por outro lado, seu interesse na questão agrária conduziu-a a participar na fundação das Ligas Camponesas, ao tempo que aprofundou seus estudos e pesquisas sobre o campesinato e a problemática da terra em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade de Brasília. Em suas palavras:

Durante os anos da faculdade, dediquei-me à formação das Ligas Camponesas em Minas Gerais. No contexto da ascensão dos movimentos sociais na América Latina, havia eclodido no cenário nacional, com muita força, a “questão camponesa”, a questão da

1 No documentário “Vânia – A história de uma revolucionária. EP 2 - Terra”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9QL5IdnKm68&t=620s>

propriedade da terra. Francisco Julião, líder do movimento camponês que empolgava o país, assustando uns, esperançando outros, nos visitou por então. Propôs que criássemos as Ligas e lá fomos, juntos com os advogados de esquerda que eram as figuras chaves deste tipo de organização, pois ela defendia a terra ameaçada pelos grileiros.²

No decorrer do primeiro exílio, no Chile, trabalhou, primeiramente, no *Centro de Investigación de Opinión Pública*. Posteriormente, recebeu o convite para ser professora no *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESO) da Universidad de Chile, o que propiciou à Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, seu esposo, integrarem um grupo de pesquisa composto por marxistas dedicados a elaborar uma leitura crítica sobre as formações sociais contemporâneas da dependência na América Latina e as interconexões com o imperialismo. Theotônio dos Santos se tornou diretor do CESO e Vânia Bambirra passou a amadurecer suas análises acerca da natureza da dependência e suas características entre os países latino-americanos.

Ao vincular-se com o CESO, Vânia Bambirra escreve o artigo “Los errores de la Teoría del Foco”, publicado originalmente em 1967, no número 45 da *Monthly Review: Selecciones en castellano*. O artigo é assinado pelo pseudônimo de Cléia Silva e foi redigido um pouco antes da morte de Ernesto *Che* Guevara (que Vânia Bambirra conheceu pessoalmente em sua viagem à Cuba) no mesmo ano. O escrito de Vânia Bambirra ganha notoriedade internacional pela contundente crítica que ela desenvolve sobre os postulados de Régis Debray no seu livro “Revolución en la revolución?” (Debray, 1967). A crítica de Vânia Bambirra reside no caráter espontaneísta e voluntarista atribuído por Debray à Revolução Cubana, no sentido de interpretá-la como uma luta triunfante sem partido e sem teoria revolucionária.

Para Bambirra, a espontaneidade da luta, por si só, não forja o sujeito revolucionário. Ao contrário, ao atribuir um excesso de romantismo ao espontaneísmo, argumenta Vânia Bambirra,

2 Idem.

Debray distancia-se do princípio básico de que “sin teoría revolucionaria no hay movimiento revolucionario, y de sustituir el marxismo creador por una teoría de la espontaneidad” (Bambirra, 1970, p. 31). Por outro lado, Vânia Bambirra enfatiza que a Revolução Cubana teve a particularidade de ser uma síntese de condições singulares, às quais colocam elementos fundamentais para uma compreensão integral do papel da vanguarda, do partido e da participação ativa da classe trabalhadora na efervescência e condução de um processo revolucionário.

É durante os anos no Chile que Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos estreitam seus laços de amizade, de militância política e de convergências analíticas com outros intelectuais, como os chilenos Orlando Caputo, Roberto Pizarro e Sergio Ramos, bem como com André Gunder Frank e, posteriormente, Ruy Mauro Marini. O ímpeto por desenvolver uma abordagem analítica crítica faz com que esse grupo se consolide como fundadores da Teoria Marxista da Dependência (TMD), com o fito de repensar o modelo Cepalino³ e propor, em uma perspectiva integral, uma análise crítica do processo de formação socioeconômica da América Latina em seu processo de integração subordinada à economia capitalista mundial.

Conforme afirma Santiago (2017), a Teoria da Dependência apresenta um campo heterogêneo, em que há várias vertentes e disputas teóricas e políticas. Neste sentido, Bresser-Pereira (2010) nos coloca que é possível identificar três vertentes interpretativas da Teoria da Dependência: a primeira representada pelos intelectuais ligados à CEPAL, conhecida como “nacional-dependente”; a segunda representada pelos intelectuais da Universidade de São Paulo (USP), como Fernando Henrique Cardoso, conhecida como “dependência associada”, e a terceira representada pelos intelectuais da UnB, conhecida como corrente marxista não ortodoxa ou da “superexploração capitalista”, da qual Vânia Bambirra fez parte e por ela definida como Teoria Marxista da Dependência.

3 O modelo cepalino refere-se ao modelo de cooperação econômica proposto pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), criada em 1948 e ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo central da CEPAL era incentivar a cooperação econômica na América Latina por meio de acordos entre os países hegemônicos desenvolvidos e os chamados subdesenvolvidos.

Entre a intelectualidade fundadora da Teoria da Dependência de caráter *marxista* não ortodoxa, destacam-se: Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo, Roberto Pizarro e André Gunder Frank. Para esses intelectuais era importante compreender que a economia latino-americana, diante do parâmetro do modo de produção capitalista puro, apresentava algumas particularidades que impediam o desenvolvimento capitalista da mesma forma como fora desenvolvido nas economias consideradas avançadas. Por isso, “(...) mais do que um capitalismo, o que se tem na América Latina é um capitalismo *sui generis*, e este só ganha sentido se compreendido tanto a nível nacional quanto a nível internacional” (Duarte; Gracioli, 2006, p. 06).

Dois processos históricos nutriram as formulações da TMD: a Revolução Cubana e a crescente integração das economias latino-americanas ao capital estrangeiro que, na visão da TMD, ampliou as contradições sociais na região. As obras fundacionais da TMD foram: *El nuevo carácter de la dependencia* (Theotônio dos Santos – 1962); *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales* (Orlando Caputo e Roberto Pizarro – 1970); *Dialéctica de la dependencia* (Rui Mauro Marini – 1973) e *Capitalismo dependente latino-americano* (Vânia Bambirra – 1974).

Conforme Baptista Filho (2009), os teóricos da TMD formularam suas concepções a partir da visão crítica de Gunder Frank sobre o desenvolvimento latino-americano, ao tempo que incorporam as análises do imperialismo em Lênin e Rosa Luxemburgo, e a ideia de *desenvolvimento desigual e combinado* de León Trótski. Cabe ressaltar que a visão de Gunder Frank é baseada no conceito de subdesenvolvimento de Paul Sweezy e Paul Baran – dois economistas marxistas estado-unidenses. Quando ainda morava nos Estados Unidos, por meio de aportações teóricas próprias, Gunder Frank aplicou metodologicamente a teoria do *desenvolvimento desigual e combinado* para analisar a natureza histórica do desenvolvimento latino-americano, formulando a compreensão de que, nestes países, o “atraso” não decorria de sua fase pré-capitalista, mas pela natureza de sua formação sociohistórica estar atrelada a um “capitalismo colonial”, que ainda não havia sido totalmente superado. Esse constructo teórico de Gunder Frank convergia

com a perspectiva analítica da corrente marxista da dependência (Baptista Filho, 2009).

A incorporação da teoria revolucionária de Lênin, Trotski e Luxemburgo tinha uma razão comparativa fundamental, uma vez que analisaram o fenômeno das ações imperialistas nos países capitalistas de economia central. Portanto, a TMD buscava apropriar-se desse método analítico para um estudo minucioso do imperialismo em sua relação com os países periféricos latino-americanos. Para a TMD, apesar do impulso propulsor da industrialização dos países latino-americanos, não existia a possibilidade de um desenvolvimento pleno e autônomo do capitalismo na América Latina, uma vez que esses países permaneceriam condenados a serem economias periféricas. Ao contrário, um capitalismo pleno só ocorreria se houvesse uma revolução socialista (Baptista Filho, 2009).

3 A análise de Vânia Bambirra sobre o capitalismo dependente

Embora a TMD seja conhecida nas áreas da Economia, Ciências Sociais e Humanidades, é fato que não tem um lugar de incidência enquanto corrente teórica e de método no campo dos estudos e pesquisas desenvolvidos pelas universidades brasileiras. Do mesmo modo, a obra intelectual e política de Vânia Bambirra não tem o devido reconhecimento no Brasil e são poucos os cursos de graduação e pós-graduação que incorporam, em seus programas de disciplina ou grupos de pesquisa, seus livros como uma referência para os estudos da Economia Política, da Sociologia Política e da Teoria Crítica Latino-Americana e Caribenha. O mais comum é reconhecer as contribuições de Theotônio dos Santos e Rui Mauro Marini. Consideramos que essa ausência ou invisibilidade também decorre do caráter androcêntrico da história da ciência em suas múltiplas áreas, que consolida a figura do cânone masculino como a vanguarda teórica e do pensamento crítico.

Consideramos fundamental destacar a presença marcante de Vânia Bambirra e suas contribuições conceituais e analíticas à TMD por algumas razões: por ser uma intelectual militante revolucionária, profundamente comprometida com a luta popular e o projeto revolucionário socialista; pelo seu espírito latino-americanista,

sobretudo por sua dedicação em aprofundar sua formação teórica e política sobre a América Latina e o Caribe; por ser uma das principais responsáveis pela concepção da TMD; por sua capacidade analítica em capturar, de forma precisa, cada momento histórico vivido na região e analisá-lo amplamente, em um duplo movimento de compreensão crítica da realidade e de proposição de horizontes de superação das contradições; pelo seu legado teórico-analítico com a elaboração de uma tipologia da dependência de caráter integral, ao incorporar expressiva parte dos países latino-americanos e suas particularidades; pela elaboração, de forma sistemática e metódica, de uma análise crítica da teoria da dependência desenvolvida por Cardoso e Faletto, apontando suas fragilidades. Por fim, mas não menos importante, porque foi uma mulher que tratou de superar o androcentrismo na ciência, expressão do patriarcado e do machismo e suas ações de invisibilidade das mulheres no meio acadêmico. Por esse conjunto de elementos, consideramos que Vânia Bambirra tornou-se uma das mais importantes intelectuais no campo da Economia Política e da Sociologia Política, notadamente na análise do capitalismo dependente.

No campo dos estudos econômicos, Cândido (2019) nos coloca que a invisibilidade intelectual das mulheres é expressiva, e cita o exemplo da ausência das economistas brasileiras nas ementas e referências de disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação. O mesmo podemos afirmar no âmbito das Ciências Sociais, campo de estudos com referencial teórico majoritariamente (ou quase exclusivamente) androcêntrico, o que pode levar muitos(as) estudantes ao não conhecimento de Vânia Bambirra como uma referência da economia política marxista. Por outro lado, Silva (2022) aponta que Vânia Bambirra deveria ser considerada como uma intelectual de grande relevância para o pensamento social brasileiro e latino-americano, haja vista que ela foi capaz de associar essas duas realidades que, historicamente, foram pouco relacionadas pelas Ciências Sociais no Brasil, campo que também invisibilizou boa parte dos teóricos da dependência.

Em que pese esse pouco ou quase nulo reconhecimento no Brasil, a teórica e militante revolucionária Vânia Bambirra tornou-se uma das mais brilhantes intelectuais latino-americanas do

século XX e início do XXI, com uma larga produção teórica, entre artigos, ensaios e livros. Toda a sua obra esteve voltada à investigação sobre as estruturas socioeconômicas e políticas específicas do capitalismo dependente na América Latina e à constituição do socialismo no continente. Entretanto, perdura o caráter incipiente de seu trabalho no Brasil, com pouca divulgação no país, sendo mais lido nos países de língua espanhola (Cândido, 2019).

Vânia Bambirra foi uma das primeiras intelectuais brasileiras a analisar a Revolução Cubana, defendendo a centralidade dessa revolução para a história política da região, o que fazia dela um fenômeno a ser estudado com afinco e a ser seguido pelos países latino-americanos (Bambirra, 1976; 1983). Outrossim, produziu largamente escritos acerca do marxismo e a prática socialista, com um estudo aprofundado das principais categorias teóricas de Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin e Rosa Luxemburgo.⁴

Para o presente artigo, tomamos como obra de referência o livro *O capitalismo dependente latino-americano*, que teve sua primeira edição perdida (ou destruída) durante a ditadura de Pinochet, porém reeditada um ano depois no México, tornando-se o livro mais lido da autora. Para Cândido (2019), o caráter tardio da publicação no Brasil é resultado do isolamento acadêmico a que os teóricos marxistas da dependência foram submetidos no país. Em relação a essa obra em específico, é fruto das pesquisas desenvolvidas por Vânia Bambirra, no marco do Programa de Pesquisa no CESO, com vistas a estudar as relações de dependência na América Latina. Cada pesquisador definiu um projeto específico para o estudo da dependência nas diferentes regiões do continente. Vânia Bambirra decidiu pesquisar a América Latina por inteiro e, desse modo, consolidando uma tipologia da dependência nos países latino-americanos, analisada na obra em questão (Seabra, 2013).

Seabra (2013) frisa que a pesquisa desenvolvida por Bambirra preenche uma espantosa lacuna no debate brasileiro sobre a teoria da dependência, fato que não necessariamente ocorreu em outros países latino-americanos, nos quais a teoria da

4 O conjunto das obras de Vânia Bambirra está disponibilizado em: <https://www.marxists.org>

dependência se desenvolveu de forma intensa, principalmente no Chile e no México. Portanto, trata-se de uma obra crucial para a compreensão da teoria da dependência, não só em sua vertente marxista, mas também da importante contribuição brasileira para seu desenvolvimento.

A análise de Bamberra (2019) sobre o capitalismo dependente na América Latina organiza-se a partir da seguinte estruturação: a) uma criteriosa explicação sobre o materialismo histórico-dialético como método analítico para uma abordagem das sociedades latino-americanas a partir de sua história integral; b) um exame das estruturas de dependência, representada pela integração monopólica mundial e suas consequências na América Latina, e c) uma discussão acerca das contradições do capitalismo dependente. A originalidade da obra de Vania Bamberra reside na tipologia por ela elaborada para caracterizar a natureza do subdesenvolvimento e sua organização regional, assim apresentados: *Tipo A* (países com começo de industrialização); *Tipo B* (países cuja industrialização foi produto da integração monopólica) e *Tipo C* (países com estrutura agrário-exportadora sem diversificação industrial). Vânia Bamberra esclarece que a tipologia proposta não tem relação com os tipos ideais de Max Weber. Ao contrário, consistiu em um recurso metodológico para identificar os elementos que caracterizam cada país latino-americano, a partir da história integral de sua formação social e político-econômica, bem como escrutinar a natureza de suas integrações ao capitalismo monopólico. Essa abordagem metodológica possibilitou uma compreensão mais abrangente e integral da região, das diferenciações internas e convergências subregionais, constituindo, em si mesma, uma contribuição de método para não cairmos em uma homogeneização regional.

Ao comentar sobre a edição publicada no Brasil de *O capitalismo dependente latino-americano*, Seabra (2013) destaca que, em nota prévia, Vânia Bamberra deixou claro que seu trabalho traduz parte de um esforço coletivo em superar o pensamento desenvolvimentista, ao estabelecer os alicerces de uma Teoria Marxista da Dependência. Para tanto, era preciso, primeiramente, compreender o caráter e as contradições do capitalismo dependente para,

em seguida, oferecer elementos para a reorientação das estratégias e táticas que guiariam os movimentos revolucionários (Seabra, 2013).

Destarte, ao descrever os caminhos analíticos percorridos para sustentar sua tese, Bambilra demarca seu ponto de partida: o conceito de dependência visto como “(...) categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas” (Bambilra, 2019, p. 38). Dessa forma, a dependência é vista no seio da condicionalidade concreta intrínseca na relação do centro-hegemônico com a periferia, isto é, as economias periféricas, que originou casos particulares de sociedades que apresentam, em sua formação social, pilares subalternizados no campo social, político e econômico.

O conceito de dependência adotado por Bambilra advém de um estudo feito por Theotônio dos Santos, intitulado *La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina*, em que aborda a dependência como uma situação em que certo grupo de países tem sua economia atrelada ao desenvolvimento e expansão de outra economia que se encontra submetida. Esta, por sua vez, produz os limites e possibilidades de ação e conduta dos seres humanos, gerando um condicionamento de parte da estrutura interna que a redefine, de acordo com as viabilidades estruturais das várias e desiguais economias nacionais (Santos, 1970).

Para Bambilra (2019), após uma definição do conceito de dependência, devemos determinar a relação entre a *situação de dependência* e a *estrutura dependente*. No que se refere à *situação de dependência*, Vânia Bambilra admite que a América Latina como um todo passou pela mesma situação condicionante em sua formação, configuração e desenvolvimento histórico. Entretanto, é fundamental o trânsito analítico em relação à adoção de uma abordagem abstrata a um enfoque concreto da dependência. Para tanto, era preciso fazer o estudo tanto dos acontecimentos históricos específicos, como da modificação das estruturas dependentes que se formam no continente. Com base nessa perspectiva teórica e de método, Bambilra debruçou-se sobre o estudo das características gerais do conjunto das sociedades latino-americanas dependentes (realizado

também por Theotônio dos Santos), com o intuito de diferenciar os componentes internos, por meio do agrupamento dos países nos Tipos A, B e C, conforme apresentados anteriormente.

De acordo com Seabra (2013), a criação de tipologias é algo comum nas análises dos autores dependentistas que se empenharam, direta ou indiretamente, com maior ou menor sucesso, na articulação dos níveis concretos e abstratos da dependência, com a intenção de entender, de forma crítica, o desenvolvimento do capitalismo dependente.

A tipologia criada por Vânia Bambirra é composta por três grupos distintos: o Tipo A, composto pelos países com início antigo de industrialização (Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia); o Tipo B, composto pelos países que iniciaram sua industrialização no pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), durante a década de 1960 (Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba); e o Tipo C, composto por países em que a industrialização ainda é muito frágil e sem diversificação, estruturados a partir do modelo agrário-exportador, com os casos de Haiti e Paraguai (Bambirra, 2019). Cabe destacar que o fenômeno da industrialização é importante para os autores da dependência porque:

[...] desde a primeira Revolução Industrial, o sentido do desenvolvimento de qualquer sociedade passou a ser dado pela indústria (manufatureira). Porque a indústria é a base econômica de um sistema social novo, o capitalismo, que por sua força e dinamismo tinha as condições de se impor, subjugar e liquidar os demais sistemas (Bambirra, 2019, p.61).

Neste sentido, Vânia Bambirra se dedicou a formular uma definição teórica geral da dependência, com base no esquadramento das *estruturas dependentes* concretas, ou seja, a formulação de uma *tipologia das estruturas dependentes latino-americanas* no período pós-guerra.

A autora partia do pressuposto de que, em períodos pós-guerra, o sistema capitalista passa por reconfigurações, portanto, é um momento propício para identificar as características da integração

dos países latino-americanos ao monopólio capitalista mundial, uma vez que estes também sofreram os impactos decorrentes dessas transformações. Bambirra explica que essa característica da integração mundial derivava de vários fatores, tais como, o processo acelerado de integração na esfera das grandes empresas multinacionais, a criação de organismos internacionais voltados para a integração política, pelos tratados de integração militar e pela expansão do capitalismo monopolista de Estado (Bambirra, 2019). A identificação desses fatores conduziu Bambirra a elaborar sua tipologia, notadamente a partir da situação latino-americana no pós-guerra, por tratar-se de uma situação condicionada pelo processo de integração dos países periféricos com os países hegemônicos, em especial os Estados Unidos. É importante destacar que os Estados Unidos procuravam expandir seu monopólio por meio de suas empresas multinacionais.

4 Breve descrição da tipologia das sociedades dependentes

Vânia Bambirra procurou desenvolver uma análise que abarcasse as especificidades da América Latina. Para tanto, elaborou tipos de estruturas dependentes para os países latino-americanos para analisar as particularidades do desenvolvimento capitalista de cada país. A pensadora partia do pressuposto de que houve um desenvolvimento diversificado do capitalismo no continente latino-americano, fato identificável na análise do processo de industrialização nesses países.

Desse modo, a tipologia desenvolvida por Vânia Bambirra leva em consideração o processo de integração monopólica na América Latina a partir de dois tipos de estruturas: aquelas estruturas mais diversificadas, em que ainda prevalecia o setor primário-exportador, porém, que já contavam com um processo de industrialização em expansão; e as estruturas primário-exportadoras, nas quais o setor secundário ainda estava formado, quase exclusivamente, por indústrias artesanais. Entretanto, nos dois casos, o processo de industrialização foi produto da integração monopólica mundial (Bambirra, 2019). Para Vânia Bambirra, a integração monopólica mundial deu-se quando, após a Segunda Guerra Mundial, os

Estados Unidos definiram-se como a grande potência econômica, política e militar. De acordo com Silva (2022), se os Estados Unidos, antes de 1945, dividiam o domínio capitalista com outras nações, como a Grã-Bretanha e a França, depois da Segunda Guerra eles conquistaram a hegemonia do sistema capitalista.

De acordo com a tipologia de Vânia Bambirra, é possível diferenciar diversos tipos de estruturas na conjuntura de uma situação global de dependência. Sendo assim, a autora propõe os Tipos A, B e C, que descreveremos a seguir.

Tipo A

O Tipo A é composto pelos países que já tinham iniciado a industrialização antes do pós-guerra, como Argentina, México, Brasil, Chile, Uruguai e Colômbia. Desses países, Argentina e México já contavam com um significativo setor industrial desde o fim do século XIX. Entre os anos 1900 e 1905, o forte setor industrial da Argentina contribuía com 18% do produto interno, seguido pelo México com 14%. Os demais países também tiveram suas primeiras iniciativas industriais no século XIX, mesmo que em ritmo menos acelerado que Argentina e México. No Brasil, por volta de 1904, o setor já estava estruturado; no Chile foi por volta de 1907 e no Uruguai, em 1926. A situação da Colômbia é a que mais destoa, pois neste país a industrialização propriamente dita só iniciou nos anos 1930, contudo, alcançou resultados expressivos (Bambirra, 2019).

Vânia Bambirra chama atenção ao fato que, geralmente, quando se fala sobre a industrialização na América Latina, refere-se à substituição de importações, ou seja, substituição dos bens manufaturados estrangeiros pelos produzidos nacionalmente. Assim, doravante a substituição de importações, foram criadas as condições necessárias para o uso das divisas obtidas da exportação dos produtos do setor primário (agrícola ou de mineração, conforme o caso), dirigindo-as para a importação de equipamentos, máquinas e matérias-primas indispensáveis para a disposição de fábricas no território nacional, dedicadas à produção de bens antes importados.

Todo esse processo foi suscitado tanto pelas guerras (como a guerra na Europa durante os anos de 1914 a 1918), como por crises econômicas, como a crise mundial de 1929, nas quais a impossibilidade de permanecer, durante esses períodos, importando bens manufaturados gerou insatisfação por parte de determinadas camadas das sociedades dependentes que pretendiam manter seu consumo. Logo, para atender a demanda dessas camadas, as indústrias nacionais passaram a se desenvolver, e o fizeram com maior ou menor celeridade. Assim, o mercado interno desenvolveu-se, muito embora seu desenvolvimento tenha sido articulado com as relações de produção capitalista que, gradualmente, chegaram a ser dominantes nos mais importantes setores da economia primário-exportadora.

Vânia Bambirra anuncia que, para se entender, nos países dependentes, quais os fatores que induziram a constituição das relações de produção capitalista e do mercado interno, é preciso focar-se nas transformações ocorridas no processo produtivo dos países mais desenvolvidos durante a segunda metade do século XIX, que culminou na chamada segunda Revolução Industrial (marcada pela produção em série de máquinas de fazer máquinas). Esta Revolução determinou um novo ciclo para a expansão capitalista, em que se comprometeria, de forma mais fatal, as sociedades dependentes analisadas no Tipo A, fato que acarretou modificações intensas na sua estrutura básica. Essas modificações foram imperiosas para que as sociedades dependentes se readaptassem, no sentido de se habilitarem para satisfazer as exigências da nova etapa de expansão do capitalismo mundial (Bambirra, 2019).

Desse momento em diante, essas modificações se impuseram à modernização do sistema produtivo dos países dependentes. O que se procurava alcançar, na verdade, era satisfazer duas necessidades básicas para a expansão capitalista mundial: a primeira era o aumento da produção de matérias-primas e de produtos agrícolas para atender às crescentes demandas da nova fase de industrialização nos países avançados; e a segunda era garantir a ampliação dos mercados internos dos países dependentes, para que eles pudessem ser capazes de absorver a maior quantidade possível dos bens manufaturados produzidos pelos países

avançados (os capitalistas centrais). Vânia Bambirra nos atenta que na prática histórico-concreta, essas duas necessidades estão intensamente ligadas, sendo parte de um mesmo processo econômico, processo este que também gera, nesses países, a divisão internacional do trabalho.

Desse modo, o caráter modernizador advindo dessas transformações chegou aos setores primário-exportadores dos países dependentes de duas formas distintas: por meio da organização social da produção e das mudanças tecnológicas.

No que se refere à organização social do trabalho, as transformações modernizadoras davam-se uma vez que se universalizavam as relações capitalistas de produção em setores-chave das economias, passando, assim, a serem predominantes por intermédio da compra da força de trabalho e do pagamento de salário e, por conseguinte, por meio da formação de um mercado livre de trabalho. Bambirra ressalta que a formação desse mercado livre não justifica a persistência de determinados setores em utilizar-se de formas pré-capitalistas ou semi-servis nas relações de trabalho, como às aplicadas em comunidades indígenas, por meio da vinculação dos produtores à terra. Outra questão importante colocada pela autora é que a proletarização propagada pela entrada do capitalismo no campo, cada vez mais avançada em amplas regiões, não eliminava completamente as relações pré-capitalistas ou semi-servis, aliás, até coexiste com estas em alguns casos.

Contudo, muito embora esse movimento gerasse novas classes sociais, como um proletariado crescente e classes médias e, ademais, constituísse as condições necessárias para o surgimento de uma burguesia industrial, o poder exercido pelas oligarquias latifundiárias, mineradoras, comerciantes e exportadoras não desaparece ou diminui, mas se ressignifica. Entretanto, apesar dessa ressignificação do poder e da dominação, seus agentes não variam substancialmente e, junto com a expansão da exportação, expandem também sua área de domínio. Desse modo, as formas de dependência se alteram em função da sua readaptação às mudanças ocorridas nas metrópoles. O que não muda é o caráter dependente do sistema interno de dominação (Bambirra, 2019).

Em relação às mudanças tecnológicas, as transformações modernizadoras se manifestam em seu cerne, por meio da introdução de novos aparatos e sistemas de produção e de transporte, ampliando sua habilidade de capitalização, o que resulta em crescimento da capacidade produtiva do setor exportador. As consequências dessas transformações modernizadoras no sistema produtivo ocorrem de duas formas: pela tendência do setor produtor exportador aumentar seu dinamismo, multiplicando sua capacidade de assimilação de mão de obra em condições salariais superiores, alargando, portanto, o mercado interno; ou pela criação e expansão dos campos que complementam o setor exportador em função da economia exportadora, como os setores agrícolas, comerciais, de transporte e comunicações, dentre outros, promovendo, dessa forma, a industrialização.

Para explicar como surge e em função de quais variáveis a indústria se desenvolve nos países do Tipo A, Bambilra esclarece que:

[...] é fato que existe uma demanda de produtos manufaturados no setor exportador. Neste caso a demanda poderia ser decomposta em duas partes fundamentais: a parte que se apropria de *mais-valia* e aquela que recebe salários. Na parte que se apropria de *mais-valia* – isto é, a classe burguesa – a demanda por produtos manufaturados é crescente em função do próprio êxito do setor exportador. Mas esta demanda se satisfaz basicamente através da importação de bens manufaturados dos centros hegemônicos, especialmente da Inglaterra. É uma demanda que funciona, portanto, fundamentalmente como prolongamento do mercado dos países centrais do sistema capitalista mundial. Na parte que recebe salários – isto é, a classe trabalhadora, os assalariados rurais e os assalariados médios –, a demanda por produtos manufaturados tende a ser crescente e a se destinar aos produtos nacionais (Bambilra, 2019, p.71).

Segundo Vânia Bambilra, a análise do processo de desenvolvimento do mercado interno e do incremento das relações capitalistas de produção permite revelar como a situação de dependência em relação aos centros hegemônicos condicionou os padrões gerais das estruturas econômicas produtivas dos países atrasados

e, ao mesmo passo, essas estruturas são redesenhadas em função das probabilidades de desenvolvimento do capitalismo dependentes. A autora argumenta, ainda, que foram as conjunturas internacionais geradas pela guerra e pela crise que impulsionaram o processo de substituição de importações em territórios que já contavam com um mercado nacional estruturado, e um setor industrial com um processo produtivo organizado a partir das relações capitalistas. Logo, foram essas condições que permitiram o impulso ao processo de industrialização nos países de Tipo A (e que não existiram nos países do Tipo B) que explicam o motivo do seu progresso em relação ao resto da América Latina.

Uma última questão que se faz necessário comentar é a análise de Bambirra acerca do campesinato nos países do Tipo A. Mas, primeiramente, é importante deixar claro que a autora procura ter cuidado ao definir essa categoria, ao explicar que “(...) somente em sentido muito geral se pode falar do campesinato em seu conjunto” (Bambirra, 2019, p. 83), haja vista que se trata de um setor que apresenta várias esferas formativas (que devem ser diferenciadas), como:

[...] o proletariado agrícola, o semiproletariado (trabalhadores temporários, que em muitos casos são minifundiários), o campesinato pobre (minifundiário) e os camponeses médios (que, em geral, empregam mão de obra familiar, mas que em alguns casos contratam e exploram outros camponeses) (Bambirra, 2019, p.83).

Segundo Vânia Bambirra, o campesinato sempre foi uma classe impedida, pela dinâmica do sistema capitalista, de oferecer uma alternativa de desenvolvimento à sociedade, decorrente da tendência de subordinação dos demais setores à dinâmica industrial, limitando, assim, as possibilidades do desenvolvimento rural. Em suas palavras: “(...) o campesinato é uma classe em decadência frente ao processo lento, mas progressivo de proletarianização, provocado pela penetração do capitalismo no campo” (Bambirra, 2019, p.84). Destaca, ainda, que a amálgama de poder na América Latina é composta pela dominação burguesa-oligárquica. Por isso, foi concedido quase nada ao campesinato (com exceção do México), desembocando em um grave problema que reverbera até

hoje: a questão da reforma agrária. Além disso, Vânia Bambirra ratifica que, embora a concretização da reforma agrária fosse relevante, desde o ponto de vista dos interesses gerais do desenvolvimento capitalista, para a superação do monopólio de terras por parte das oligarquias latifundiárias (abrindo passagem, inclusive, para a expansão do mercado interno), não se realizou em boa parte dos países do Tipo A.

Para concluir esta descrição, é importante ter presente que, em sua maioria, os demais países da América Latina só iniciaram a montagem de seus parques industriais após o término da Segunda Guerra Mundial, e alguns poucos ainda não a concretizaram. Desses, todos se submeteram totalmente, de uma forma ou de outra, à dependência do capital estrangeiro, fato que provocou as categorizações Tipo B e Tipo C.

Tipo B

O Tipo B é formado, em sua maioria, por países da América Central (Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba), além da Bolívia, Equador, Peru e Venezuela. Da mesma forma que o Tipo A, Vânia Bambirra elegera como ponto de partida para seu estudo o processo de mudanças que ocorreram nesses países durante a segunda Revolução Industrial, durante a segunda metade do século XIX.

Em meados do século XIX, e mais intensamente nas suas três últimas décadas, em várias dessas sociedades do Tipo B também ocorreu um processo de modernização do sistema econômico, como consequência das novas necessidades decorrentes da demanda crescente de seus produtos por parte dos centros capitalistas. Este processo apresenta várias formas de expressão, dentre elas as reformas liberais que ocorreram em alguns destes países e se manifestaram nas necessidades de expansão capitalista. Para exemplificar essa questão, Vânia Bambirra cita, como evidência, os estudos feitos por Edelberto Torres-Rivas sobre os países da América Central e Equador, que ratificaram que as tentativas das reformas liberais não tinham sido obtidas plenamente nesses países. O fato é que toda vez que havia a possibilidade de

fortalecimento de uma economia interna mais autônoma, havia em igual medida prestigiosos intentos para desviar os rumos das tendências mais dinamizadoras.

Bambirra afirmava que “(...) o controle exercido pelos empresários estrangeiros de forma *sistemática e intensiva* sobre os setores de *produtos-chave* dessas sociedades explica a razão pela qual o curso de sua história foi delimitado por uma tão aguda dependência em relação aos países mais desenvolvidos” (Bambirra, 2019, p.108).

Conforme sua análise, mesmo nos casos em que existiam proprietários nacionais no setor primário-exportador, como na Bolívia, eram os consórcios estrangeiros que ditavam as regras do funcionamento econômico, e estas, por sua vez, estavam atreladas ao mercado mundial. Infere-se, com isso, que em todos os episódios em que a penetração imperialista se deu de maneira extremamente ativa, seja na busca por recursos agrícolas ou recursos minerais – como no caso dos enclaves⁵ – suas consequências foram destruidoras, em direção a amortizar, o máximo possível, a capacidade de ampliação de um controle eficaz e próprio dos grupos dominantes internos da economia do país.

De acordo com Bambirra (2019), a característica fundamental de uma economia de enclave⁶ consiste em que, seja devido a sua íntima conexão com a metrópole, seja por sua própria forma de funcionamento, o enclave não gera resultados dinamizadores para a economia e para a sociedade em seu conjunto. A exceção citada pela autora são os enclaves no México. Vânia Bambirra explica que isso ocorre porque a geração de lucros é diretamente canalizada para a metrópole, e a excepcional parte que fica no país dependente é a que se destina ao pagamento de impostos ao Estado que, por sua vez, são reduzidos, em muitos casos, pelo próprio Estado, em forma de descontos devido às rendas geradas

5 Um enclave é um território ou parte de um território completamente cercado por outro Estado.

6 Economia de Enclave é um modelo econômico em que, em um mercado globalizado, as atividades se localizam em regiões pertencentes a países em desenvolvimento, possuindo alta concentração de capital e tecnologia estrangeira, porém se destinam para a exportação e não há integração com o mercado local (Vidal, 2011).

pelos enclaves. Além do mais, os recursos adquiridos sempre foram utilizados para favorecer o enclave, como no caso das ferrovias, das instalações portuárias, entre outros.

É importante destacar a hipótese apresentada por Bambirra de que os países pertencentes a essa categoria poderiam ser divididos em três subtipos, a saber: os que iniciaram sua industrialização imediatamente depois do pós-guerra (década de 1940); os que iniciaram por volta das décadas de 1950 e 1960; e os que ainda não iniciaram sua industrialização. Porém, essa hipótese não foi levada adiante pelo fato de acreditar que a distinção de uma década não se justifica, haja vista que as características basilares dos processos de industrialização (que ocorreram entre os anos 1940 e 1960) fundamentalmente não se alteram e não despontam em uma mudança qualitativa do caráter da industrialização antiga em relação aos demais (BAMBIRRA, 2019).

Sendo assim, é mais elucidativo que o Tipo B apresente como característica essencial o fato de que todos os países inseridos nele possuíram um processo de industrialização que se realizou sob o controle direto do capital estrangeiro. Explicação que também justifica a formação do Tipo C, uma vez que se trata daqueles que ainda não se industrializaram.

Tipo C

O Tipo C é formado por Paraguai e Haiti, países que apresentavam pouca diversificação de sua matriz industrial, apoiando-se na estrutura agrário-exportadora. Bambirra admite que o Panamá pudesse ser situado neste tipo, contudo, dada a especificidade da evolução histórica do Paraguai e Haiti, e frente à ausência de denominadores comuns, possivelmente a classificação do Panamá dentro de um mesmo tipo do Paraguai e Haiti não nos conduziria a uma maior compreensão do caráter de suas estruturas dependentes, sendo preferível que cada um desses países seja analisado separadamente (Bambirra, 2019).

Cabe ressaltar que a análise da autora estendeu-se de forma mais densa apenas aos países do Tipo A e B, sob a justificativa de que, como se pretendia analisar a situação da dependência no

contexto histórico da industrialização, os países do Tipo C não se encaixavam totalmente, uma vez que ainda não haviam passado pela plena materialização da industrialização. Entretanto, Bambirra supõe que não deixa de ser merecedora uma análise desses países para entender suas particularidades e suas formas de dependência diante da conjuntura global de integração monopólica do capitalismo mundial.

5 Efeito da integração monopólica mundial e contradições do capitalismo dependente

O fim da Segunda Guerra Mundial abriu uma nova etapa para a humanidade, em que os países vencedores dividiram-se em dois blocos antagônicos: o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, liderado pela então União Soviética. Entretanto, foi por meio da hegemonia estadunidense que se criaram as últimas condições para a fase de integração monopólica mundial.

Bambirra ressalta que a integração do sistema capitalista no plano mundial iniciou desde os finais do século XIX, mas que foi a partir do pós-guerra que ela tornou viável a sua consolidação, essencialmente ligada às consequências da guerra para o desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos, visto que o impulso dado ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas ocorreu como nunca antes na história do capitalismo mundial. Isto porque havia uma alta demanda bélica, além da ampla recuperação e expansão do comércio mundial para fins militares e de abastecimento. Além do mais, os Estados Unidos mantiveram-se intactos, sem sofrerem os efeitos da guerra em seu território.

Logo, as principais consequências dessa nova etapa foram: (1) concentração dos conhecimentos tecnológicos produzidos, à época, pelas grandes empresas e pelo governo dos Estados Unidos, o que levou à abertura de novos campos de aplicação tecnológica, como por exemplo a energia atômica (que passou a ser monopólio estadunidense) e a ampliação de possibilidades de aplicação da tecnologia em esferas já existentes, como as indústrias eletrônicas e químicas; (2) forte concentração de cientistas no território

estadunidense, fato que possibilitou um largo avanço no campo científico e tecnológico, momento em que houve ampliação da pesquisa aplicada nas grandes empresas; (3) ratificação da superioridade produtiva estadunidense que, por meio da organização do trabalho, do sistema de propriedade capitalista, da administração empresarial, das técnicas de venda, e da publicidade, entre outras, acumulam, em suas mãos, as ferramentas para o domínio mundial; e por fim (4), consolidação da integração monopólica mundial, por meio da conexão empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural, que ocorreu com a propagação de empresas multinacionais, que se alojaram nos países com a criação de sistemas financeiros internacionais, ou por meio das instituições e organismos criados para coordenar as decisões políticas e militares (Bambirra, 2019).

Com isso, os Estados Unidos tornaram-se exemplo para os demais países capitalistas, fato que permitiu a expansão da cultura estadunidense que, por sua vez, impôs suas pautas em diversas esferas (comportamental, técnica e metodologia científica), firmando-se como “modelo” e estabelecendo uma nova ordem de caráter mundial. É neste sentido que Bambirra alerta que, a partir da década de 1940, os eventos ocorridos nas esferas econômica e política propiciaram uma nova fase de expansão do capitalismo mundial, desta vez em sua forma imperialista, expressada pela integração monopólica. Ademais, essa fase do imperialismo caracterizou-se não somente pela nova expansão, conduzida pelos Estados Unidos, mas, sobretudo, pela forma como se deu sua expansão. Nesta direção, o imperialismo não irá se nortear apenas para a propriedade das fontes de matérias-primas e de mercados, mas também se permitirá buscar investimentos mais proveitosos para sua fase atual: os investimentos nos setores manufaturados (Bambirra, 2019).

Bambirra aponta algumas consequências desse processo para a América Latina, entre elas: controle e domínio, por parte do capital estrangeiro, dos novos campos e ramos da produção industrial que, desde então, se desenvolveram; intensificação da monopolização, concentração e centralização da economia, que pode ser percebida na instalação das grandes empresas e da absorção, por

parte destas, de empresas nacionais, mediante compras, fusões e associações; desnacionalização gradativa da propriedade privada dos meios de produção nos setores industriais (antes sob o controle dos produtores nacionais); integração, alinhada passo a passo, das predileções das empresas estrangeiras às inclinações das classes dominantes locais, refletindo nas políticas econômicas nacionais e na integração das políticas externas dos países dependentes latino-americanos (seguida também de uma integração no âmbito militar); e, por fim, como consequência conjunta de todas as demais, mudanças qualitativas nas formas de funcionamento e dominação interna no seio das sociedades capitalistas latino-americanas.

Para Vânia Bambirra, essas mudanças se constituem, basicamente, no “abandono realista” das classes dominantes nacionais aos projetos reformistas de desenvolvimento nacional e autônomo que, por sua vez, rompe com concessões às classes populares, provocando também mudanças qualitativas no cerne das classes dominadas. A partir desse contexto, “(...) o movimento popular tende a se radicalizar e levantar reivindicações que chegam a ser insuportáveis nos marcos da legalidade burguesa do capitalismo dependente” (Bambirra, 2019, p.127), como por exemplo os movimentos populares dos anos 1963 e 1964, que culminaram na adoção de medidas altamente repressivas pelas ditaduras militares instaladas.

Bambirra destaca que muitos autores estudaram essas mudanças ocorridas a partir do ano 1945 na América Latina, como Theotônio dos Santos (1968), Aníbal Quijano (1968), Fernando Cardoso e Enzo Faletto (1968), Ruy Mauro Marini (1969), Edelberto Torres-Rivas (1969), Roberto Pizarro e Orlando Caputo (1971), dentre outros, e que os exames feitos por estes contribuíram na elaboração de uma análise crítica acerca do capitalismo dependente na América Latina.

No que se refere às contradições do capitalismo dependente, Bambirra as enumera de acordo com a tipologia dos países do Tipo A e B. Para os países do Tipo A, a autora afirma que as principais contradições foram: a simultânea manutenção da estrutura agrária e as novas exigências de mercado; a necessidade da burguesia

de um 'Estado protetor' de seus interesses e as funções desse Estado "amalgamado" (composto por interesses diferentes e, por vezes, contrários, de suas diversas classes: oligarquias, burguesia industrial, pequena burguesia, classe operária e classes médias); e a vontade burguesa para que se mantivesse uma política econômica nacionalista e a dependência estrutural que rompe com essa manutenção. Para os países do Tipo B, as principais contradições foram: a necessidade de estabelecer divisas para a industrialização e o controle permanente do setor exportador; e a conservação da estrutura agrária tradicional e a crise do desenvolvimento capitalista (Bambirra, 2019).

Consideramos que, ao analisar as principais contradições do desenvolvimento capitalista dependente, seus resultados e perspectivas, Vânia Bambirra assenta as bases para Economia Política da América Latina e o futuro da região, sobretudo para debruçarmos sobre a natureza e o caráter da dependência decorrente das reconfigurações do capitalismo no século XXI. E a própria autora ressalta essa questão quando aponta, como conclusão, que o modelo de exploração capitalista dos países do centro hegemônico não resolve as contradições presentes nos países dependentes latino-americanos. Ao contrário, aprofunda-as. A reprodução ampliada do capital adota um receituário de extrema repressão econômica, política e social, não sobrando alternativa aos países dependentes, que não seja, segundo ela, a transição para o socialismo, como forma de abolir a dominação capitalista.

6 Considerações Finais

A escrita do presente artigo tem o objetivo de reivindicar o reconhecimento de Vânia Bambirra, uma das mais destacadas intelectuais da América Latina, sobretudo em seu compromisso militante, ético e teórico-político em construir uma teoria social de caráter revolucionário e intimamente entrelaçada com uma *práxis* política coerente com os anseios de um horizonte emancipatório para a classe trabalhadora.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) constitui uma das grandes contribuições da teoria crítica latino-americana e

caribenha para a análise do processo sócio-histórico do capitalismo dependente na América Latina. Nesse âmbito, a análise de Vânia Bambirra sobre o capitalismo dependente constitui uma original contribuição na caracterização do conjunto dos países da região, a partir da história integral e da interpretação crítica da realidade social de toda a América Latina. Na perspectiva de Bambirra, ao centralizar sua economia em modelos de exportação de matérias-primas e manufaturas, o conjunto desses países reforçou sua posição de dependência de capital e tecnologias produzidas pelos países do centro hegemônico capitalista.

Consideramos fundamental retomar a produção intelectual de Vânia Bambirra em dois sentidos: a) no reconhecimento de seu legado teórico-metodológico e político como uma das intelectuais clássicas na formulação da TMD; b) em suas contribuições teórico-analíticas que extrapolam as análises econômicas da segunda metade do século XX, uma vez que aponta a necessidade de uma revisão minuciosa das tipologias construídas por Bambirra, com o fito de identificar as novas reconfigurações do capitalismo no século XXI e o papel estratégico da América Latina em sua integração ao capitalismo mundial.

Esperamos que a leitura desse artigo possa instigar o estudo individual e coletivo da ampla obra intelectual de Vânia Bambirra, uma intelectual imprescindível ao pensamento social e à teoria crítica latino-americana. Acreditamos que o esforço por ela realizado para construir uma tipologia dos nossos países em sua integração ao capitalismo monopólico deve ser retomado, sobretudo para aprofundá-lo no contexto de reconfiguração do capitalismo e no papel que nossa região desempenha ao ser a última fronteira de interesse estratégico do capital.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lia Pinheiro. Legado e rupturas da Revolução Soviética desde as lutas sociais na América Latina. **Tensões Mundiais**, v. 13, n. 24, p. 107-138, 2017. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/361>>. Acesso em: 17 out. 2023.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Tradução: Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. 4ª ed. rev. Florianópolis: Insular, 2019. 224p.

BAMBIRRA, Vânia. **Cuba**. 20 anos de cultura. São Paulo: HUCITEC, 1983. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/vaniabambirra/wp-content/uploads/2016/01/Cuba.-20-anos-de-cultura-1983.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2023.

BAMBIRRA, Vânia. **La Revolución Cubana: una reinterpretación. México**: Editorial Nuestro Tiempo, 1976. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1jsWhw_nDwakJZ4YuGANIhwEDUdCeB-pN/view?pli=1>. Acesso em: 17 out. 2023.

BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. México, D.F: Siglo XXI, 1974.

BAMBIRRA, Vânia. Los Errores de la Teoría del Foco. In: **Latinoamérica Hoy** – Debray y la Revolución Latinoamericana, México, 1970, p. 26-42.

BAPTISTA FILHO, Almir Cezar de Carvalho. **Dinâmica, determinações e sistema mundial no desenvolvimento do capitalismo nos termos de Theotônio dos Santos: da Teoria da Dependência à Teoria dos Sistemas-mundo**. 2009. 99f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13579/1/DinamicaDeterminacoesSistema.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. As três interpretações da dependência. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, 2010. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2009/09.11.Tres_interpretacoes_dependencia.Perspectivas_26.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

CÂNDIDO, Marcia Rangel Candido. Pioneiras: Vânia Bambirra e as mulheres no capitalismo dependente. **Horizontes ao Sul**, Rio de Janeiro, 19 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/03/19/pioneiras-v%C3%A2nia-bambirra-e-as-mulheres-no-capitalismo-dependente>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Empresarios industriales y desarrollo nacional en Brasil, Brasil hoy**. México D.F: Ed. Siglo XXI, 1968.

DEBRAY, Régis. **Revolución en la revolución**. La Habana: Casa de las Américas, 1967.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edilson José. **A Teoria da Dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina**. 2006, 10f. Anais V Colóquio – Departamento de Ciências

Sociais/Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. 2006. Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. México D.F: Ed. Siglo XXI, 1969. Disponível em: <<https://marini-escritos.unam.mx/wp-content/uploads/2021/12/Subdesarrollo-y-revolucion-Libro-PDF-1.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependência**. 10a ed [1973]. Editora Era, México, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6539551/mod_resource/content/2/7.%20Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular%20-%20At%C3%A9%20p.28.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

PIZARRO HOFER, Roberto; CAPUTO LEIVA, Orlando. **Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales**. 1a ed [1970]. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2022. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/171382/1/Imperialismo-dependencia.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Naturaleza, situación y tendencias de la sociedade peruana contemporânea – um ensayo de interpretación. **Pensamiento crítico**, nº16, Havana, maio de 1968. Disponível em: <<https://www.filosofia.org/rev/pch/1968/n16p056.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SANTOS, Theotonio dos. La crisis de la teoria del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina. **Cuadernos de estudios socioeconómicos (CESO)**, Universidade de Chile, N. 11, p.1-41, 1970. Disponível em: <<https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/17421/CDRP21068742e.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SANTOS, Theotonio dos. **El nuevo carácter de la dependencia**. Chile: CESO, 1968. Disponível em: <https://www.repositorio.iep.org.pe/bitstream/handle/IEP/1042/Dos%20Santos_Nuevo-caracter-dependencia.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SANTIAGO, Ricardo Luiz. **Visões do Capitalismo: conflito e transformação no campo intelectual das teorias da dependência**. 2017, 221f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29596>. Acesso em: 13 out. 2023.

SEABRA, Raphael Lana. O capitalismo dependente latino-americano 40 anos depois. **Revista Sociedade e Estado**, V. 28, N. 2, p. 449-454, mai/ago, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/tF4nhfXyBFRgsgBXx3KkBZh/?format=pdf&lang=pt..>>. Acesso em: 02 de março de 2023.

SILVA, Itamá Winicius do Nascimento. Uma interpretação latino-americana do Brasil: Vânia Bambirra e seu lugar na teoria marxista da dependência. **Temáticas**, Campinas, V. 30, n. 59, p. 92-113, fev./ago, 2022. Disponível: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/15655>. Acesso em: 13 out. 2023.

TORRES-RIVAS, Edelberto. **Proceso y estructuras de una sociedad dependiente**. Santiago do Chile: PLA, 1969.

VIDAL, Ana Djéssika. **Crescimento e desenvolvimento econômico versus saúde**. 2011, 32f. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). 2011. Disponível em: <https://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2011/08/Aula-Economia-da-Sa%C3%BAde-Crescimento-Econ%C3%B4mico>. Acesso em: 25 jun. 2023.